

Colocando as evidências em ordem*

Paul Davidson**

Na página IX do **Prefácio** da edição alemã da **Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda**, publicado por Duncker e Humboldt em 1936, aparecem as seguintes frases: “Esta é uma das razões que justificam que eu chame minha teoria de uma Teoria **Geral**. Uma vez que se baseia em hipóteses menos restritivas, é também mais facilmente adotada para uma extensa área de circunstâncias diferentes”.¹

Essas frases ecoam o tema insistente de Keynes, que uma teoria geral exigia menos axiomas restritivos. Por exemplo, Keynes (1936, p.16) declarou que os economistas clássicos

“(...) parecem geômetras euclidianos em um mundo não euclidiano, os quais, descobrindo que na realidade linhas retas aparentemente paralelas freqüentemente se encontram, condenam as linhas por não se manterem retas (...) No entanto, de fato, não há remédio a não ser **abandonar o axioma das paralelas e construir uma geometria não euclidiana**. (grifo nosso) Alguma coisa similar é necessária em economia hoje em dia”.

Em qualquer argumento lógico, cabe àqueles que adotam hipóteses altamente especiais justificá-las e não àqueles que dispensam tais axiomas provar uma negação geral. Assim, ao declarar que sua análise era uma teoria

* Texto traduzido pelo Economista Adalberto Alves Maia Neto, da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

** Professor da University of Tennessee.

¹ Essas frases não aparecem no **Prefácio** da edição alemã do **Collected Works of John Maynard Keynes** (1973, p. xxv - xxvii). Schefold (1980) chamou atenção ao fato de essas frases não aparecerem em **The Collected Works**.

geral que exigia menos axiomas restritivos, Keynes colocou para os economistas clássicos o ônus de justificarem suas hipóteses de que um sistema econômico necessitava dos axiomas da substituição bruta (isto é, qualquer coisa é substituta de qualquer outra coisa), da moeda neutra e de um processo econômico ergódico, de modo que o futuro não era incerto — ao contrário, os resultados futuros eram controlados por distribuições de probabilidades objetivas e imutáveis.²

Galbraith (1994) notou a relação entre as "três primeiras palavras" do livro de Keynes (isto é, **A Teoria Geral**) e a Teoria Geral da Relatividade de Einstein. Galbraith (1994, p.62) demonstra que "(...) os paralelos entre a economia de Keynes e a teoria da relatividade de Einstein são profundos o suficiente e, evidentemente, suficientemente intencionais, para proporcionarem uma estrutura útil para pensar a respeito do que Keynes pretendia com sua revolução científica".

Tobin, por outro lado, apresenta uma interpretação diferente sobre o que Keynes pretendia ao chamar sua análise de "a Teoria Geral". Tobin (1992, p.387) declara que "(...) a questão central da teoria macroeconômica, hoje, é a mesma que era há sessenta anos atrás, quando John Maynard Keynes se revoltou contra o que chamou de ortodoxia 'clássica' de seus dias". Mais ainda, Tobin (1993, p.45-46) considera como um "velho keynesiano não reconstruído" quem acredita que os modelos macroeconômicos baseados no princípio da demanda efetiva do Capítulo 3 de Keynes são mais úteis do que a "velha ou nova macroeconomia clássica", ou até do que os modelos novo-keynesianos.

Ao discutir "as questões de teoria, keynesiana *versus* clássica, tanto na época quanto agora" (TOBIN, 1992, p.387), contudo, Tobin insiste que "(...) a palavra Geral no título foi usada para distinguir sua [de Keynes] teoria de um regime restringido pela demanda *vis-à-vis* ao modelo 'clássico', restringido pela oferta e com mercados que se desobstruem (*market clearing*)". Para Tobin, portanto, o termo geral não significa que a estrutura analítica do princípio da demanda efetiva de Keynes pode aplicar-se tanto para sistemas abaixo

² Keynes (1936, p.231) rejeita claramente a hipótese de substituição bruta, quando declara que uma propriedade essencial da moeda é que a elasticidade de substituição entre a moeda (isto é, todos os ativos líquidos) e os bens produziáveis é zero. Em sua **Teoria monetária da produção**, Keynes (1973a, p.408-410) rejeita especificamente a hipótese clássica de neutralidade da moeda no longo prazo. Em sua ênfase na incerteza e em sua rejeição das expectativas probabilísticas (KEYNES, 1936, p.161-162) e da metodologia econométrica de Tinbergen de prever o futuro econômico (KEYNES, 1973b, p. 308), Keynes rejeita o axioma ergódico da teoria clássica.

quanto acima do pleno emprego sem necessitar dos axiomas restritivos da teoria clássica. Em vez disso, Tobin sugere que o “princípio da demanda efetiva” de Keynes se aplica **apenas** ao caso em que a “(...) atividade econômica agregada é restringida pela demanda, mas não pela oferta” (TOBIN, 1992, p.387). A teoria clássica, e não o princípio da demanda efetiva de Keynes, seria, então, aplicável a “um segundo regime”, onde a “(...) demanda extra não pudesse ser satisfeita com a capacidade de produzir existente na economia”³ (TOBIN, 1992, p.387).

Essa dicotomização entre um regime keynesiano restringido pela demanda e um regime clássico restringido pela oferta é parte do folclore do *mainstream*. Está, contudo, em conflito direto com o argumento de Keynes de que o princípio da demanda efetiva é uma teoria geral aplicável a **todos** regimes econômicos, enquanto o caso clássico não seria aplicável a nenhuma economia do mundo real. A teoria clássica é meramente

“(...) apenas um caso especial e não o caso geral (...) as características do caso especial suposto pela teoria clássica não são aquelas da sociedade econômica em que vivemos realmente, com o resultado que seu ensinamento é enganoso e desastroso se tentarmos aplicá-lo aos fatos da experiência” (KEYNES, 1936, p.3).⁴

Em outras palavras, a análise clássica é obtida ao se adicionarem axiomas especiais à teoria geral de Keynes — similar a adicionar-se o axioma das paralelas à situação geométrica geral, onde o tempo-espaço é curvo (GALBRAITH, 1994, p.6). Mas Keynes adverte que as implicações de política econômica da aplicação do caso clássico aos problemas econômicos do mundo real são enganosas e calamitosas.

³ Tobin insiste que um tipo diferente de análise é exigido para cada um dos dois regimes, um “(...) regime keynesiano, onde a atividade econômica agregada é restringida pela demanda (...) [e] um [regime] clássico (...) restringido pela oferta (...) Os keynesianos acreditam que a economia está algumas vezes em um regime e algumas vezes em outro” (TOBIN, 1992, p.388-389).

⁴ O caso clássico é atingido ao se adicionarem axiomas restritivos à teoria “geral” do emprego de Keynes. Ver o comentário de Keynes (1936, p.16) de que os economistas clássicos são geômetras euclidianos em um mundo não euclidiano e o de que o que é “necessário em economia” hoje é “abandonar” alguns axiomas restritivos clássicos para “construir” uma teoria mais geral equivalente à geometria não euclidiana.

Apesar da afirmação de Tobin de que o princípio da demanda efetiva de Keynes não se aplica a um regime restringido pela oferta, ao escrever **How To Pay For The War**, Keynes (1972) utilizou seu princípio da demanda efetiva para explicar como sua teoria "Geral" é aplicável até mesmo aos anos de guerra, com a economia em pleno emprego e restringida pela oferta. A análise clássica simplesmente não iria funcionar. O fato de que Keynes escreveu **How To Pay For The War** ilustra que há um conflito entre a alegação restritiva de Tobin, que a **Teoria Geral** de Keynes não é aplicável a regimes restringidos pela oferta no mundo real, e a alegação de Keynes da aplicabilidade universal da sua teoria geral ao mundo em que vivemos. Essa diferença pode ser localizada nas incompatibilidades analíticas entre a espécie de (velho) keynesianismo de Tobin e o próprio desenvolvimento explícito de Keynes do princípio da demanda efetiva na **Teoria Geral**.

Tobin (1993, p.46) não "defende o texto literal da **Teoria Geral**", ao propor o que alega ser a substância da teoria "Geral" de Keynes. Como um artifício de debate, essa advertência é impecável, pois permite a Tobin defender tudo o que ele pensa ser "keynesiano", sem ter de demonstrar que seu modelo é fundamentado nas propriedades e axiomas explícitos que Keynes identificou como "essenciais" à "substância" de seu princípio da demanda efetiva. Entretanto deve ser exigido, no mínimo, a quem quer que proponha uma explicação que reflita a **substância** da **Teoria Geral** de Keynes que não apresente nada que esteja em explícito desacordo com as próprias palavras de Keynes.

Tobin condena os novos-keynesianos por desenvolverem "uma caricatura da verdade" (TOBIN, 1992, p.395), quando discutem que flutuações na produção e no emprego resultam exclusivamente de variações exógenas na demanda **nominal**, na presença de preços e salários nominais **rígidos**. Tobin argumenta que a "(...) proposição central keynesiana **não é rigidez** nominal nos preços, mas, sim, o princípio da demanda efetiva (grifo nosso)" (TOBIN, 1993, p.46). Porém, se, em sua interpretação do que é a teoria "Geral" de Keynes, Tobin considerou erroneamente as evidências escritas de Keynes, então, como mostraremos, seu velho-keynesianismo é também uma caricatura da verdade.

Este texto demonstrará que a interpretação de Tobin sobre Keynes está em conflito expositivo e lógico com os escritos de Keynes sobre o que seja "essencial" e o que seja a "substância" da Teoria Geral do Emprego. Na

esperança de que as representações incorretas dos velhos e novos-keynesianos não continuarão a ser perpetuadas na literatura, este texto vai colocar as evidências em ordem, demonstrando que:

- 1º) Keynes reconheceu que sua teoria **geral** do emprego requeria o alijamento de alguns axiomas restritivos da teoria clássica, ainda que mantivesse a possibilidade de preços instantaneamente flexíveis. Isto permitia a Keynes demonstrar que, no caso geral, (a) os determinantes da função demanda agregada não eram idênticos aos determinantes da oferta agregada (isto é, a oferta não criava sua própria procura); e que (b) são nos determinantes da demanda agregada e na demanda por liquidez, e **não** nas condições (de oferta) imperfeitas dos preços de mercado, que uma teoria geral do equilíbrio com desemprego para uma economia de *laissez-faire* orientada para o mercado está contida;
- 2º) o princípio da demanda efetiva de Keynes produz diferentes implicações de política para o papel do governo, **permanentes** e de **longo prazo**, comparadas às implicações de política dos modelos dos velhos-keynesianos, dos novos-keynesianos, dos velhos-clássicos e dos novos-clássicos.

1 - Tobin *versus* Keynes sobre demanda efetiva e imperfeições de oferta

Para começar, uma óbvia, ainda que não a mais importante, inconsistência expositiva. Tobin afirma (1992, p.394-395): "(...) despesa agregada em dólares em bens e serviços (...) não é o que Keynes quis dizer por demanda efetiva. Ele [Keynes] estava referindo-se a demanda por quantidades de bens e serviços, **mensurados em preços constantes, não em dólares** (grifo nosso)". Ao analisar a questão sobre se preços e salários perfeitamente flexíveis asseguram pleno emprego, Keynes (1936, p.259-260) explicitamente afirma:

"(...) a questão precisa em discussão é se a redução nos salários monetários será ou não acompanhada pela mesma **demand** **efetiva agregada anterior, medida em moeda** (grifo nosso), ou,

pelo menos, por uma demanda efetiva agregada que não é reduzida na mesma proporção que a redução nos salários monetários”⁵.

Mais essencialmente, porém, Tobin insiste que a **ausência** de “preços perfeita e instantaneamente flexíveis” é uma **condição necessária** para o equilíbrio com desemprego de Keynes e que “(...) flexibilidade completa de preços significa ajustamento instantâneo, de tal forma que os preços estão sempre desobstruindo os mercados (*clearing markets*), saltando suficientemente com todos choques de oferta e procura”. Isso está em conflito direto com a asserção de Keynes (1936, p.245) de que sua teoria geral era aplicável a “qualquer grau de competição” e que, portanto, o equilíbrio com desemprego pode ocorrer mesmo com preços perfeitamente competitivos e flexíveis. Essa visão meramente perpetua a fábula moderna de que a análise do subemprego de Keynes requer uma reversão da velocidade de ajustamento marshalliana de preços e quantidades.

Na teoria “Geral” de Keynes, **a flexibilidade completa de preços não é uma condição necessária nem suficiente para o equilíbrio com pleno emprego**.⁶ Uma vez que velhos e novos-keynesianos tipicamente começam suas análises do desemprego keynesiano com uma economia inicialmente em equilíbrio de pleno emprego (com flexibilidade menos do que perfeita de

⁵ A despeito da alegação de Tobin, Keynes argumentou especificamente contra deflacionar valores nominais pelo nível de preço dos produtos, para obter uma medida do Produto agregado real. Keynes usou um capítulo inteiro em **A Teoria Geral** (KEYNES, 1936, cap.4, especialmente p.40) para explicar por que qualquer tentativa de usar tal medida é um exercício em futilidade. Em vez disso, Keynes, algumas vezes, deflaciona o Produto nominal pela unidade de salário (o salário monetário). Alguns têm argumentado que deflacionar pela unidade de salário monetário, em vez de pôr um índice de preço dos bens, é uma questão secundária e desimportante. **Não é**. Como explicado *infra*, deflacionar pela unidade de salário permitiu a Keynes imobilizar a posição da função de oferta agregada (uma lâmina da proverbial tesoura de Marshall), a fim de focalizar totalmente a atenção nas mudanças da demanda agregada. Deflacionar por um índice de preços dos bens não permitirá esse tipo de análise com apenas uma lâmina se movendo.

⁶ Keynes (1936, p.245) insiste que, como uma questão teórica, equilíbrio com desemprego é possível para “qualquer grau de concorrência”, incluindo a concorrência perfeita.

preços),⁷ há uma suposição “keynesiana” de que flexibilidade instantânea não é uma condição necessária para a existência de equilíbrio com pleno emprego.

A flexibilidade completa é uma condição suficiente para o pleno emprego na teoria geral de Keynes? A insistência de Tobin de que o desemprego “keynesiano” requer uma flexibilidade menos que instantânea de preços significa que é uma **imperfeição(ções) da oferta agregada** nos ajustamentos dos preços de mercado que evita que um sistema de mercado estabeleça o pleno emprego após qualquer choque de demanda. Se isso é verdadeiro, então, como uma questão lógica e a despeito da alegação de Keynes no Capítulo 3 (1936, p. 24-26), o desemprego não pode ser atribuído **exclusivamente** aos determinantes da função de demanda agregada independente das condições da oferta agregada.

Se Tobin está correto, isto seria um surpreendente *volte face* para o keynesianismo. Keynes seria um teórico charlatão, que estava, na realidade, apenas simulando que tinha produzido uma revolução teórica. Nas próprias palavras de Tobin (1993, p.56), **“Keynes simulava que supunha competição pura em todos os mercados (grifo nosso)”**. Felizmente para a reputação de Keynes como um teórico, a afirmação de Tobin sobre a substância da teoria geral de Keynes está em conflito direto com o que Keynes escreveu. A espécie de keynesianismo de Tobin é tanto uma caricatura do princípio da demanda efetiva de Keynes quanto o novo-keynesianismo.

2 - O *ignoratio elenchi* do velho-keynesianismo de Tobin

Tobin (1993, p.46: ver também 1992, p.394) declara que “a ausência de uma desobstrução de mercado (*market clearing*) completa e instantânea” origina um mercado de trabalho obstruído (*uncleared*); o desemprego deve-se, **exclusivamente**, à “falha dos preços” em se ajustarem instantaneamente a

⁷ Tobin, na verdade, insiste que “(...) a teoria keynesiana considera as recessões como deslizos do pleno emprego” (TOBIN, 1992, p.387). Isto implica que ou (a) o mundo real está sempre em um “deslize” e não pode nunca atingir o pleno emprego, ou (b) o mundo real, de fato, atinge um pleno emprego mesmo na ausência de preços instantaneamente flexíveis. No primeiro caso, se o pleno emprego é uma situação inatingível, por que desenvolver prescrições de políticas de pleno emprego para uma situação que não pode ser alcançada? No último, a flexibilidade instantânea de preços não é uma condição necessária para o pleno emprego. (Naturalmente, há uma numerosa evidência empírica de economias no mundo real que atingiram o pleno emprego sem preços flexíveis).

qualquer variação exógena na demanda. Tobin (1993, p.53) justifica essa crença, argumentando que “Na teoria padrão de Walras-Arrow-Debreu, a flexibilidade perfeita de todos os salários e preços, presentes e futuros, manteria o equilíbrio com pleno emprego”.⁸ Hahn (1977, p.37), porém, demonstrou que “(...) o ponto de vista de que com salários monetários flexíveis não haveria desemprego não tem um argumento convincente a recomendá-lo (...). Mesmo em modelos tradicionais com *tatonnement* puro, a convergência ao equilíbrio não pode ser provada genericamente”.

A seção 6 *infra*, demonstrará que a rejeição **explícita** de Keynes a um axioma clássico assegurou que, em uma teoria geral do emprego, todas as provas de existência de um equilíbrio com pleno emprego estão ameaçadas. O princípio geral da demanda efetiva de Keynes reconhece a possibilidade de existência de um equilíbrio estável com desemprego, mesmo com flexibilidade perfeita de preços.

Tobin não admite que a palavra “geral” na teoria geral de Keynes se refere a uma estrutura lógica que requer menos axiomas que a do caso clássico.⁹ A única diferença entre a análise da demanda efetiva de Keynes e a teoria clássica, Tobin insiste (1992, p.391, ver também p.394-395, 1993, p.55-56), é de natureza pragmática. Tobin afirma que a “essência da disputa keynesiana (e Keynes?) — novo-clássico” envolve o fato, no mundo real, de que variações de preços dos produtos necessitam algum período finito de “tempo real”, por menor que seja, para serem operacionais. “Flexibilidade completa significa ajustamento instantâneo, de modo que os preços estão sempre desobstruindo (*clearing*) os mercados” (TOBIN, 1992, p.39) e “**Tudo que a macroeconomia keynesiana precisa, na verdade, é que os preços dos produtos e os salários monetários não sejam perfeitamente flexíveis** (grifo nosso)” (TOBIN, 1993, p.56)¹⁰.

⁸ Se apenas **todos** os agentes (incluindo os trabalhadores) pudessem ajustar instantaneamente os preços para baixo, então, todos os mercados iriam desobstruir-se (*clear*). Na terminologia de Tobin (1993, p.47), isso ocorreria no caso de “mercados competitivos continuamente desobstruídos (*price-cleared*)”.

⁹ Quanto menos axiomas uma teoria exige, mais geral (por definição) ela é.

¹⁰ Tobin, portanto, deve estar supondo que Keynes aceitou todos os axiomas clássicos (que são correntemente a base para a moderna teoria axiomática do valor), a despeito da evidência, sugerida na nota 2 e discutida mais amplamente *infra*, de que Keynes rejeitou especificamente três axiomas clássicos.

Surpreendentemente, nem os velhos nem os novos-keynesianos pensam que é importante considerar o que Keynes alegou como sendo “**As Propriedades Essenciais do Juro e da Moeda**”, em suas explicações da teoria de Keynes sobre o funcionamento de uma economia monetária. Os pós-keynesianos, por outro lado, incorporaram as “propriedades essenciais” de Keynes nas condições necessárias para uma teoria geral de emprego.

Se esse lapso de “tempo real” é uma característica operacional essencial de **todas** as economias no mundo real, ao passo que o caso clássico requer flexibilidade instantânea de preços, como Tobin (1992, p.387) pode declarar, então, que o modelo clássico é aplicável a qualquer mundo real de pleno emprego e restringido pela oferta? Se o argumento do “tempo real” de Tobin está correto, mesmo no pleno emprego, a flexibilidade instantânea de preços é uma impossibilidade pragmática, e o modelo clássico restringido pela oferta não é aplicável.

Utilizando um diagrama marshalliano¹¹ “para uma mercadoria **única** (grifo nosso) e seu mercado” (TOBIN, 1992, p.391) e supondo uma queda na curva de demanda nominal, Tobin ilustra o modo que os livros-texto explicam como um ajustamento instantâneo de preços a uma mudança exógena na demanda marshalliana irá sempre “desobstuir” (*clear*) o mercado. **Keynes, porém, rejeitou explicitamente esse tipo de análise marshalliana para uma única indústria como sendo a base da alegação dos economistas clássicos que preços instantaneamente flexíveis proporcionavam um mecanismo “auto-ajustante” que assegurava o pleno emprego.** Keynes escreveu (1936, p.259-260):

“Pois as curvas de demanda para indústria em particular só podem ser traçadas com **alguma hipótese fixa** sobre a natureza das curvas de demanda e oferta de outras indústrias e **sobre o montante da demanda [nominal] agregada. É inviável, portanto, transferir o argumento para a indústria como um todo** [isto é, o argumento da 'economia como um todo' de Tobin (1992, p.391)] **a não ser que transfiramos nossa hipótese de que a demanda efetiva agregada é fixa.** (grifo nosso) Esta hipótese, porém, reduz o argumento a um *ignoratio elenchi*. Pois enquanto ninguém negaria a proposição que uma redução dos salários monetários acompanhada pela mesma demanda efetiva agregada anterior estará associada a um aumento no emprego, a questão precisa em discussão é se a redução nos salários monetários será ou não acompanhada pela mesma demanda efetiva anterior, medida em moeda, ou, pelo menos, por uma

¹¹ Tobin (1992, p.390-391) chama isso de o “gráfico favorito dos economistas para estudantes iniciantes e (...) a hipótese não questionada dos Ph.Ds”.

demanda efetiva agregada que não é reduzida na mesma proporção da redução nos salários monetários (isto é, que é um pouco maior quando medida em unidades de salários). **Mas se não é permitido à teoria clássica estender suas conclusões relativas a uma indústria em particular à indústria como um todo, ela é totalmente incapaz de responder à questão de que efeito terá sobre o emprego uma redução dos salários monetários. Pois ela não tem nenhum método de análise que lhe permita enfrentar o problema (grifo nosso)**".

O exemplo de livro-texto apresentado por Tobin (1992, p.391) de "uma análise de mercado marshalliana para uma única mercadoria", visando analisar o efeito de um decréscimo exógeno na demanda agregada, implica o mesmo *ignoratio elenchi* clássico, isto é, a falácia de propor uma prova que é irrelevante à proposição em questão. Para Keynes, o uso do esquema marshalliano de um mercado de uma única mercadoria para a análise macroeconômica não é **logicamente** permissível para responder à questão sobre se um sistema de preços instantaneamente flexível é uma condição suficiente para um equilíbrio de pleno emprego. Tobin (1993, p.58), por outro lado, argumenta que essa análise marshalliana não é aplicável porque, em uma economia descentralizada, "(...) como trabalhadores e patrões planejam uma redução nos salários reais para toda a economia?". Dessa forma, Tobin vale-se do pragmatismo, ao invés da lógica, para rejeitar a hipótese especial clássica de preços universal e instantaneamente flexíveis.

Tobin não pode ter apreendido a "proposição central" de Keynes, se insiste em usar aquilo que Keynes rotulou de *ignoratio elenchi* como representativo do que aconteceria se todos os preços fossem instantaneamente flexíveis. Sempre que a economia é modelada (usando o esquema geométrico marshalliano **ou** a álgebra do equilíbrio geral), o analista está presumindo, em vez de provando, que, com preços perfeitamente flexíveis, o sistema de mercado opera "(...) como se todos os mercados, de trabalho, bem como de produtos, fossem desobstruídos (*cleared*) por ajustamentos de preços a cada momento no tempo" (TOBIN, 1992, p.391). Keynes, porém, insistia que tais técnicas de modelagem eram incapazes de explicar por que é apropriado "(...) supor que a demanda efetiva agregada é fixa" em termos do nível do emprego, se, como **questão de lógica**, todos os preços e salários (e, portanto, as rendas nominais agregadas dos fatores) caem instantaneamente, após a queda inicial exógena na demanda agregada. Na verdade, é necessário uma análise diferente (ver seção 7 *infra*).

3 - Preços flexíveis sempre ajustarão continuamente todos os mercados?

Keynes sustentou que a “questão precisa” que sua “Teoria Geral” podia enfocar e que o caso clássico não era capaz de analisar era se qualquer variação possível nos salários e preços, induzida por uma redução exógena na demanda agregada, restabeleceria automaticamente o pleno emprego. Essa “questão precisa” requeria uma “diferença de análise” (KEYNES, 1936, p.257) em relação à teoria clássica (seja na forma das curvas marshallianas, ou seja, do sistema algébrico walrasiano).

O “(...) método de análise (KEYNES, 1936, p.260) para responder ao problema divide-se em duas partes”. Primeiro, uma redução nos salários monetários em resposta a uma queda exógena na demanda agregada nominal aumentaria o emprego, dadas a propensão a consumir, a propensão a investir e a taxa de juros? Segundo, uma redução *pari passu* em todos os preços nominais afetaria o emprego através de “repercussões nestas três variáveis?”

“A primeira questão nós [Keynes] já respondemos de forma negativa nos capítulos precedentes” (KEYNES, 1936, p.260) dos Livros I a IV de **A Teoria Geral**. A resposta de Keynes à segunda questão envolvia rastrear as repercussões dos preços e salários flexíveis nos vários componentes da demanda agregada, incluindo, **em uma economia aberta**, o setor externo (KEYNES 1936, p.262-269). No fim dessa discussão das repercussões, Keynes advertiu (1936, p.26): “Supor que uma política de salários [completamente] flexíveis é um complemento correto e adequado de um sistema que, em seu conjunto, é de *laissez-faire* é o oposto da verdade”.

Tobin (1992, p.395) reconhece, no final das contas, a relevância da segunda questão de Keynes quanto às repercussões de salários flexíveis na propensão a consumir, na propensão a investir e na taxa de juros, ao escrever que “(...) a questão resume-se a se uma deflação proporcional de todos os preços, tanto os salários monetários quanto os preços dos produtos, aumentará, ou não, a demanda efetiva agregada real”. Nesse ponto crítico, Tobin evita essa questão quando continua: “Esta é **uma matéria complicada**, (grifo nosso) e eu não posso tratá-la adequadamente aqui” (TOBIN, 1992, P.395). (O leitor descuidado fica com a impressão de que a resposta deve estar na afirmação anterior de Tobin, de que preços perfeitamente flexíveis asseguram pleno emprego, apesar dessa “matéria complicada” não discutida).

Uma tentativa de responder a essa “matéria complicada” é apresentada por Tobin, quando utiliza o equivalente da curva de demanda marshalliana de uma única mercadoria e impõe (TOBIN, 1992, p.397) a “(...) hipótese de que a demanda é relacionada negativamente ao nível de preços”. Essa relação negativa é justificada, apelando-se a um “efeito Keynes” (isto é, ao supor-se uma oferta monetária exógena, de modo que um nível de preços flexível afeta a taxa de juros e não a eficiência marginal do investimento)¹².

Keynes, por outro lado, não tinha muita confiança em um “efeito Keynes” para restaurar o pleno emprego em um sistema de preços flexíveis. Em sua análise das repercussões dos preços flexíveis na taxa de juros, Keynes (1936, p.266) advertiu que “Se a quantidade de moeda é, ela própria, uma função do nível de salários e do nível de preços [isto é, uma moeda endógena], não há, na verdade, nada a esperar nesta direção”. Porque Keynes foi capaz de “tratar adequadamente” a “matéria complicada” de Tobin de como uma redução no nível de preços pode impactar na oferta de moeda em uma economia de crédito bancário, ele foi capaz de demonstrar que preços instantaneamente flexíveis não necessariamente asseguram pleno emprego em um sistema de mercado com *laissez-faire*.

4 - Desemprego keynesiano: desequilíbrio de curto prazo ou equilíbrio de longo período

Keynes ancorou seu argumento sobre a possibilidade de um **equilíbrio estável de longo período com subemprego** em seu capítulo sobre as “propriedades essenciais” da moeda (KEYNES, 1936, p.222-244). Somente ignorando esse capítulo, Tobin (1993, p.56) pode afirmar que “(...) tudo que a macroeconomia keynesiana realmente precisa é que os preços dos produtos e os salários monetários não são perfeitamente flexíveis. **Keynes simulava que supunha concorrência pura em todos os mercados** (grifo nosso)”.

¹² Tobin poderia ter conseguido essa mesma relação negativa recorrendo a um efeito balanço real (*real balance effect*) em um sistema com uma oferta de moeda exógena (*outside money*). Mas, como o próximo parágrafo indica, Keynes sugeriu que não havia muito o que esperar desses efeitos, se a oferta monetária é endógena — como é em um sistema monetário de crédito bancário.

Ensaio FEE, Porto Alegre(17)2:7-41, 1996

Em sua resposta de 1937 a Dunlop e Tarshis, porém, Keynes (1973) indicava que não estava apenas simulando, ao supor concorrência perfeita. Ao contrário, como uma **questão de argumento lógico**, Keynes estava “fazendo uma pequena concessão ao outro ponto de vista” (KEYNES, 1973, p.441). Keynes estava convencido de que o defeito fatal da análise clássica não residia nas inflexibilidades de preços. Já em 1935, Keynes (1973 a) afirmava que “(...) não devemos considerar condições de oferta (...) como sendo a fonte fundamental de nossas dificuldades” (ibid., p.486).

Apesar dessa evidência, Tobin (1993, p. 55-58) insiste que a ausência de flexibilidade de preços é a essência da economia keynesiana. Em uma carta para o autor (datada de 5 de maio de 1993), em resposta a uma versão anterior desse texto, Tobin explica sua posição, ao escrever:

“Eu considero a ‘flexibilidade de preços’ como uma condição que nunca existe, nunca pode existir. Como eu a defino, ela quer dizer que nunca, para qualquer período finito de tempo, por mais curto que seja, as ofertas e demandas divergem aos preços existentes. Isto quer dizer que quaisquer choques na demanda e na oferta são absorvidos por ‘saltos’ nos preços, de modo que não há nenhum período de tempo real durante o qual os preços estão ajustando-se, mas ainda não estão completamente ajustados, ao choque”.

Tobin está argumentando que, **como uma questão pragmática e não de lógica teórica**, mesmo com técnicas de preços por código de barra de computador e outros processos de controle por computador, levará algum período de “tempo real” (pelo menos um nanossegundo) para os preços se ajustarem. O desemprego é, portanto, inevitável após qualquer choque de redução de demanda. Mas também leva algum “tempo real” para dispensar trabalhadores e interromper fluxos de produção. Conseqüentemente, o argumento do “tempo real”, de Tobin, implica que os empresários podem reduzir emprego e fluxos de produção mais rápido (isto é, em menos de um nanossegundo) que o breve tempo real necessário para ajustar preços controlados por computador.

Confiando em uma leitura do *mainstream*, de reflexo walrasiano, Tobin funde a noção de equilíbrio com a de desobstrução de mercados (*market clearing*). Tobin escreve (1993, p.59), por exemplo, que, quando ocorre o desemprego involuntário, “(...) a economia não está, em nenhum sentido, em

equilíbrio. Ela não está em uma posição de repouso, os mercados não estão desobstruídos (*clearing*)”.

O conceito de equilíbrio, porém, foi introduzido em economia por Marshall, que o tomou emprestado da física, onde equilíbrio significa um balanço de forças endógenas, de modo que o campo sob estudo está “em repouso”. Keynes, como um estudante de Marshall, insistia que, em um equilíbrio com desemprego involuntário, não há forças de livre mercado endógenas que alterariam automaticamente o balanço de forças de mercado existente e que mudariam a posição de equilíbrio com desemprego, mesmo se os preços fossem perfeitamente flexíveis. O conceito de desobstrução (*clearing*) não é necessário para um equilíbrio econômico de um corpo em repouso.

Leijonhufvud (1974, p.164-165) indica que a teoria do *mainstream* negligenciou essas (...) diferenças entre o pensamento marshalliano e walrasiano (...). Mas Keynes era, é claro, um teórico de preços marshalliano, e ignorar este fato no presente contexto não é simplesmente satisfatório”. Até Patinkin (1965, p. 643), no final das contas, reconhece que o equilíbrio significa “(...) no sentido usual do termo que nada tende a mudar no sistema”, mesmo que, ao longo da maior parte de seu livro, funda desobstrução (*clearing*) com equilíbrio.

Como uma questão de taxonomia e lógica, desobstrução de mercado (*market clearing*) pode ser uma condição suficiente, mas não é uma condição necessária para o equilíbrio (DAVIDSON, 1967). Somente supondo curvas de demanda e oferta clássicas bem comportadas (isto é, efeitos substituição sem efeitos renda dominantes) e preços flexíveis no caso da mercadoria única marshalliana, o analista pode estar seguro que desobstrução (*clearing*) e equilíbrio ocorrem simultaneamente.

Na teoria geral de Keynes, uma “propriedade essencial” de todos os ativos líquidos (incluindo a moeda) é que a elasticidade de substituição entre ativos líquidos e bens produzíveis é “igual, ou quase igual, a zero” (KEYNES, 1936, p.231, ver também p.241, n.1). Essa “propriedade essencial” significava que Keynes tinha que descartar o axioma ubíquo clássico da substituição bruta, assim como o matemático tinha de “abandonar o axioma das paralelas (...) para construir uma geometria não euclidiana” (KEYNES, 1936, p.16). Arrow e Hahn (1970, p.105, 126-127, 215-305) demonstraram que a remoção do axioma da substituição bruta põe em risco todas as provas de existência. Não é necessário que exista algum vetor de preços que assegure um equilíbrio com pleno emprego.

Se todos os mercados se desobstruem (*clear*) simultaneamente, então, **por definição**, existe um equilíbrio com pleno emprego. O equilíbrio com desemprego involuntário de Keynes envolve mercados desobstruídos (*cleared*) para os produtos da indústria associados com um mercado de trabalho obstruído (*uncleared*), que não tem nenhuma força endógena impelindo-o a uma solução de desobstrução (*clearing*). Em qualquer economia onde a moeda tem as “propriedades essenciais” explicitamente descritas por Keynes, **Tobin não pode demonstrar a existência de um equilíbrio com pleno emprego, mesmo com preços instantaneamente flexíveis**. Quando Keynes abandonou alguns axiomas clássicos (KEYNES, 1936, p.16), incluindo o da substituição bruta, para desenvolver uma “teoria [lógica e mais] geral do emprego, do juro e da moeda” do que a análise clássica, ele não estava dependendo de um fato pragmático, de que qualquer variação de preços requer “tempo real”.

Tobin, admite, finalmente, que Keynes não necessitava da concorrência imperfeita para sua teoria **geral**, “Mas Keynes certamente faria melhor se assumisse concorrência imperfeita ou monopolista para toda a economia” (TOBIN, 1993, p.48). Keynes (1973, p. 400), porém, já tinha admitido, em 1939, que sua tarefa de explicar o desemprego poderia ter sido mais fácil, se tivesse suposto concorrência imperfeita. Porém, se o desemprego depende exclusivamente de qualquer fixidez de preços, então, como Hahn (1977. p.32) observa: “(...) não sobra muito da ‘revolução [keynesiana]’. Pois os contemporâneos de Keynes estavam todos de acordo que a ausência de ‘flexibilidade de preços’ era a responsável pela dificuldade (...) há muito mais que isto na economia keynesiana”.

Keynes justificou não tornar a concorrência imperfeita como a base para a explicação do desemprego ao indicar a necessidade de “conceder um pouco” ao argumento clássico, enquanto usava o princípio da demanda efetiva para localizar o defeito fatal clássico. Assim fazendo, Keynes desenvolveu uma teoria **geral** aplicável a todos os graus de flexibilidade de preços.

5 - As velocidades diferentes de ajustamento de preços *versus* quantidades são relevantes?

A principal diferença entre velhos e novos-keynesianos envolve o conceito de **aderência** [*stickness*] nominal dos primeiros e a noção de **rigidez** nominal dos segundos (TOBIN, 1993, p.44-48). Novos-keynesianos enxergam **rigidez**, isto é, valores nominais imutáveis por longos períodos de tempo calendário como um aspecto essencial do keynesianismo, ao passo que velhos-keynesianos se dispõem a fazer “uma hipótese muito menos restritiva” (TOBIN, 1993, p.46) quanto à duração de tempo antes que os preços se ajustem. Esta última hipótese “(...) deixa bastante espaço para a flexibilidade, em qualquer significado de senso comum da palavra” (TOBIN, 1993, p.46). Velhos e novos modelos clássicos imaginam preços de mercado perfeitamente flexíveis.

Para Tobin (1992, p.391), “a essência” da disputa keynesianos *versus* clássicos é somente a questão os preços se ajustam “quão rápido?” Entre a flexibilidade imediata clássica e a rigidez de longa duração novo-keynesiana, há “várias velocidades de ajustamento de preços (...) durante as quais os mercados não estão desobstruídos (*clearing*)” (TOBIN, 1992, p.394). Tobin (1992, p.394) sustenta que o velho-keynesianismo é a corporificação da razoabilidade, já que “possui o meio termo” entre os pontos de vista polares dos novos clássicos e dos novos-keynesianos acerca da flexibilidade de preços.¹³

Se comparado com Marshall, todo esse rebuliço entre teorias do emprego clássicas e keynesianas do *mainstream* não é uma tempestade num copo d'água envolvendo diferentes hipóteses a respeito da velocidade de ajustamento de preços *versus* produção? (Em Marshall, qualquer variação exógena na demanda resulta em uma variação instantânea nos preços [*spot*] do período de mercado. Somente em um período curto, cuja duração é maior que a do período de mercado, a produção poderia ajustar-se).

¹³ Tobin acredita, aparentemente, que o “meio termo” é sempre a posição virtuosa. Por exemplo, ver o debate de Tobin (1974, p.80) com Friedman, onde sugere que a ausência de hipóteses “extremas” é, de alguma forma, algo virtuoso *per se*. No entanto, para se obter o meio termo, é necessário que freqüentemente se tratem com evasivas as questões lógicas essenciais?

De acordo com Tobin, tanto os velhos como os novos-keynesianos supõem uma velocidade de ajustamento dos preços menor que a do ajustamento instantâneo suposta pelos teóricos clássicos, tais como Marshall e Walras. A única distinção fundamental entre velhos e novos-keynesianos é que os últimos presumem uma velocidade de ajustamento de preços ainda menor que os primeiros.

O argumento de Keynes, anticlássico em sua totalidade, baseava-se exclusivamente na reversão do argumento de Marshall sobre a velocidade de ajustamento? Keynes não admitiu isso, assim como outros renomados *scholars* (Leijonhufvud, Hahn, dentre outros) que estudaram Keynes, Marshall e o sistema walrasiano.

Leijonhufvud (1968) foi o primeiro a atribuir a Keynes essa reversão no argumento de Marshall acerca da velocidade de ajustamento. Seis anos depois, porém, Leijonhufvud (1974, p.169) retratou-se, afirmando:

“Não é correto atribuir-se a Keynes uma reversão geral no *ranking* marshalliano das velocidades de ajustamento dos preços relativos e quantidades. No ‘curtíssimo prazo’, para o qual o comportamento do sistema pode ser definido no modelo de Keynes, produção-preços **devem** ser tratados como perfeitamente flexíveis”.

A retratação de Leijonhufvud é um reconhecimento tardio de que, em numerosas passagens em **A Teoria Geral**, Keynes especificamente aceitou a noção de que qualquer mudança na demanda de mercado alterará instantaneamente todos os preços de mercado [*spot*]¹⁴ correntes. Keynes (1936, p.142) escreveu, por exemplo: “Não há nenhuma saída do dilema que, se ela [uma mudança] não for prevista, não haverá nenhum efeito nos negócios em curso, ao passo que, se ela for prevista, os preços [*spot*] dos bens existentes serão imediatamente ajustados”¹⁵. Hahn (1977, p.35) também argumenta que: “Keynes não supôs preços fixos. Antes pelo contrário. Nem deu a impressão de argumentar que os preços variam mais vagarosamente que

¹⁴ Preços *spot* são, é claro, os únicos preços de mercado existentes para bens disponíveis para a entrega hoje.

¹⁵ Para afirmações adicionais quanto à possibilidade de preços perfeitamente flexíveis em sua análise, ver Keynes (1936, p.227, 231-232).

as quantidades, como pode ser verificado no capítulo que nos diz por que o trabalho não pode controlar seu salário real”.

Velhos-keynesianos como Tobin, porém, sempre viram Keynes como produzindo uma “teoria da **aderência** (grifo nosso) (*stickness*) do salário nominal” (TOBIN, 1993, p.48), enquanto os novos-keynesianos enxergam a **rigidez** de salários e/ou preços como a essência de Keynes (TOBIN, 1993, p.47, GORDON, 1990, p.1135, MANKIW, 1990, p.1654). Tanto velhos como novos-keynesianos ignoram o capítulo de **A Teoria Geral** intitulado **Variações nos salários Monetários**, ao qual Hahn se refere, onde Keynes especificamente rejeitou inflexibilidades nominais como a causa fundamental e única do desemprego. Keynes afirma (1936, p.257):

“(...) a teoria clássica se habituou em fundamentar o caráter supostamente auto-ajustante do sistema econômico na suposta fluidez dos salários monetários; e, **quando existe uma rigidez**, (grifo nosso) colocar, nesta rigidez, a culpa pelo ajustamento defeituoso (...). Minha diferença em relação a esta teoria é, fundamentalmente, uma diferença de análise”.

A afirmação de que uma não perfeita flexibilidade de preços era a causa do desemprego foi amplamente reconhecida pelos economistas clássicos bem antes de Keynes ter escrito **A Teoria Geral**. Ao distinguir aqueles economistas clássicos que presumiam a desobstrução de todos os mercados (*market clearing*) e os outros economistas clássicos (*weaker spirits*) que, observando o desemprego no mundo real, tentaram desenvolver um modelo clássico sem a desobstrução de mercado (*non-market clearing*) **ao presumirem alguma inflexibilidade de preços**, Keynes escreveu (1936, p.192):

“Ricardo oferece-nos a suprema realização intelectual, inatingível por *weaker spirits*, de adotar um mundo hipotético distante da experiência como se fora o mundo da experiência e, em seguida, de nele viver consistentemente. Com a maioria de seus sucessores, o senso comum não os ajuda — com dano a suas consistências lógicas”.

Teorias velho e novo-keynesianas ressuscitaram variações *hi-tech* do tipo de análise (*weaker analysis*) que Keynes estava contestando. Velhos e novos-keynesianos aceitam a teoria axiomática clássica do valor dos sistemas walrasianos como uma verdade universal e como um pré-requisito

necessário para tornar a economia uma disciplina científica.¹⁶ Ao aceitarem todos os microfundamentos axiomáticos clássicos, em contraste com Keynes, os velhos e os novos-keynesianos estão presumindo que seus modelos são casos especiais da teoria geral da economia clássica.

Quando seus sentidos comuns interferem com suas lógicas axiomáticas novo-clássicas, esses *weaker spirits*, keynesianos da Síntese Clássica, impõem hipóteses *ad-hoc* de curto prazo, aderência (*stickness*) nominal ou rigidez, para explicar o desemprego. Por exemplo, em uma carta pessoal endereçada ao autor (de 5 de maio de 1993), Tobin escreveu:

“(...) o debate essencial (...) diz respeito à eficácia de mecanismos de ajustamentos naturais de mercado em eliminar qualquer desemprego involuntário (excesso de oferta de trabalho em um mercado não desobstruído) que ocorra. Este debate não pode, em absoluto, acontecer, se alguém supõe, como o fazem os novos clássicos e também os novos-keynesianos no caso de mercados competitivos, que o desemprego involuntário ou qualquer outro excesso de oferta jamais existam”.

Keynes, por outro lado, insistia que não existe nenhum mecanismo automático de mercado (incluindo preços completamente flexíveis) que assegure um equilíbrio com pleno emprego em uma economia monetária. Apesar do protesto de Tobin, nem velhos nem novos-keynesianos são capazes de engajar os teóricos clássicos em qualquer discussão lógica consistente em apoio ao princípio da demanda efetiva de Keynes, como descrita em seu Capítulo 3. Mankiw, pelo menos, (1992, p.561) reconheceu essa incapacidade, quando escreveu que “Se a economia novo-keynesiana não é uma representação verdadeira das posições de Keynes, então pior para Keynes”.¹⁷

¹⁶ Como exemplo, ver a afirmação de Blanchard na seção 6 *infra*. Ver também Samuelson (1969, p.184), onde fez da “hipótese ergódica” a *sine qua non* do método científico em economia. Lucas e Sargent também têm insistido que expectativas endógenas sem erros persistentes (expectativas racionais que exigem o axioma ergódico) são uma necessidade para desenvolver a economia como uma “ciência com base empírica”.

¹⁷ Mankiw (1992, p.560-561) continua, “**A Teoria Geral** é um livro obscuro. Eu não tenho certeza de que mesmo Keynes sabia completamente o que queria dizer (...) **A Teoria Geral** é um livro antiquado (...) Nós estamos em uma posição melhor do que Keynes para entender como a economia funciona (...). O longo prazo não está tão distante que alguém possa alegar arrogantemente, como Keynes, ‘que no longo prazo estamos todos mortos’”.

6 - O princípio da demanda efetiva de Keynes

Keynes escreveu a D. H. Robertson que sua função de oferta agregada "(...) é simplesmente a velha função oferta (...) é apenas uma reparação de nossa velha amiga, a função oferta" (KEYNES, 1973 a, p.513). As condições da oferta agregada de Keynes foram derivadas das funções de microoferta de Marshall (KEYNES, 1936, p.44-45). A característica dessa função de oferta agregada "(...) envolve poucas considerações que já não são familiares" (KEYNES, 1936, p.89). Keynes insistiu que "(...) é a parte desempenhada pela função demanda agregada que tem sido negligenciada" (KEYNES, 1936, p.89), e **não imperfeições nas condições de oferta** que embasam o caso geral de equilíbrio com desemprego.

No Capítulo 3, Keynes (1936, p.25-26) argumenta que a análise clássica da Lei de Say não proporcionou "a lei verdadeira relacionando as funções de demanda e oferta", porque ela presumiu que a demanda agregada envolvia determinantes idênticos aos da função de oferta agregada, de modo que "(...) a oferta cria sua própria procura".

A Lei de Say especifica que toda a despesa (demanda agregada) nos produtos da indústria é sempre exatamente igual aos custos totais da produção agregada (oferta agregada), incluindo os lucros brutos. Tomando D^w para simbolizar a demanda agregada e Z^w para a oferta agregada (ambas medidas em unidades de salários, isto é, valores nominais deflacionados pela taxa de salários), então:

$$D^w = f_d(N) \quad (1)$$

$$Z^w = f_z(N) \quad (2)$$

Como Keynes usou a "velha" função de oferta clássica da concorrência perfeita como uma microbase da função de oferta agregada,¹⁸ preços de mercado completamente flexíveis são consistentes com a equação (2).

A existência de inflexibilidades, portanto, não é uma condição necessária para a análise da demanda efetiva de Keynes.

¹⁸ O **New Palgrave** apresenta uma derivação de oferta agregada de Keynes a partir de fundamentos de microoferta marshallianos (DAVIDSON, 1987).

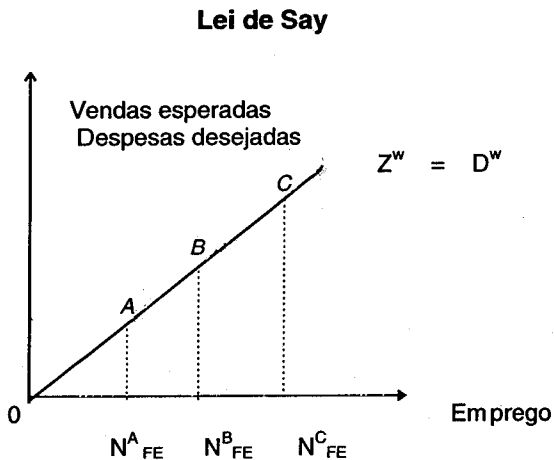
Segundo Keynes, a Lei de Say afirma que

$$f_d(N) = f_z(N) \quad (3)$$

"(...) para **todos** os valores de N , isto é, para todos os valores de produção e de emprego (...) a demanda efetiva, em vez de ter um único valor de equilíbrio, é um campo infinito de valores, todos igualmente admissíveis (...) [e] não há obstáculo ao pleno emprego" (KEYNES, 1936, p.25-26).

Em uma economia sujeita à Lei de Say, as curvas de demanda e oferta agregada coincidem (Gráfico 1). Não pode nunca existir uma insuficiência de demanda efetiva, independentemente do grau de flexibilidade de preços. Os custos totais (incluindo lucros e rendas) da produção agregada das firmas (em concorrência perfeita ou não) são cobertos pela venda da produção.

Gráfico 1

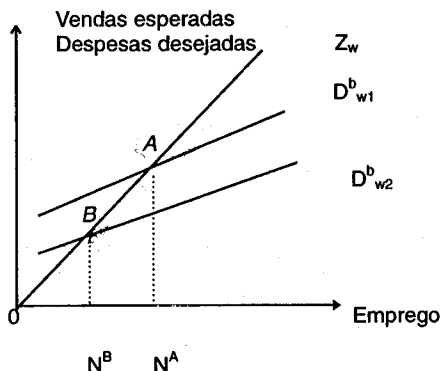


Keynes (1936, p.26) insistiu que a Lei de Say não era a "lei verdadeira", relacionando as funções de demanda e oferta agregadas — equações (1) e (2). Assim, "(...) há um capítulo de teoria econômica, de importância vital, que precisa ainda ser escrito, e **sem o qual todas as discussões relativas ao volume agregado de emprego são fúteis** (grifo nosso)" (KEYNES, 1936, p.26).

Uma teoria geral incorporando essa “lei verdadeira” necessitaria de um modelo onde as funções de demanda e oferta agregadas, $f_d(N)$ e $f_z(N)$, **não precisariam ser coincidentes** (Gráfico 2). A teoria geral resultaria em um “(...) ponto [de equilíbrio único] da função de demanda agregada, onde é interceptada pela função de oferta agregada, [que] será chamado de **demanda efetiva**. (...) **esta é a essência da Teoria Geral do Emprego** (grifo nosso)” (KEYNES, 1936, p.25). Esse princípio é o que Tobin chama de “proposição central keynesiana”.

Gráfico 2

Teoria de Keynes



Quando os classicistas impõem a condição de que a oferta sempre cria sua própria procura, o caso clássico pode ser visto como um caso especial, onde a “(...) demanda efetiva em vez de ter um único valor de equilíbrio, é um campo infinito de valores”. A teoria mais geral, onde não há necessidade de os determinantes da função demanda agregada serem idênticos aos da oferta agregada, exigiu de Keynes que desenvolvesse uma expansão taxonômica do sistema clássico de classificação de demanda.¹⁹

¹⁹ “Classificação em economia, como em biologia, é crucial para a estrutura científica (...) Foi o senso intuitivo extraordinariamente poderoso de Keynes sobre o que era importante que o convenceu de que a velha classificação era inadequada. Foi sua capacidade lógica altamente desenvolvida que lhe possibilitou construir uma nova classificação.” (HARROD, 1951, p.463-464).

A equação (1) indica que o caso clássico reduzia todas as despesas a uma única categoria, D^w , a demanda agregada (que é totalmente controlada pelos determinantes das condições da oferta agregada). Keynes (1936, p.28-29) indicou que “a essência da Teoria Geral do Emprego” envolvia dividir todos os tipos de despesas em duas classes de demanda, isto é,

$$D^w = D^{w_1} + D^{w_2} \quad (4)$$

onde D^{w_1} representava **todas** as despesas que “dependem do nível da renda agregada [corrente] e, portanto, do nível de emprego N ” (KEYNES, 1936, p. 28), isto é,

$$D^{w_1} = f_1(N) \quad (5)$$

e D^{w_2} , que representa **todas** as despesas **não** relacionadas à renda corrente e ao emprego,

$$D^{w_2} \neq f(N) \quad (6)$$

A teoria clássica torna-se, então, um **caso especial** da taxonomia de Keynes, onde axiomas adicionais são impostos para forçar os determinantes da demanda agregada a serem os mesmos da oferta agregada, de modo que a função de demanda agregada consiste inteiramente de despesas **iguais** à renda corrente para todos os níveis de N . A teoria clássica requer que as despesas que não são relacionadas à renda corrente e ao emprego sejam zero, ou seja, **a teoria clássica é o caso onde**

$$D^{w_2} = 0 \quad (7)$$

e, portanto,

$$D^{w_1} = f_1(N) = f_2(N) = Z \quad (8)$$

para todos os valores de N .

Mas, mesmo se D^w_2 não for uma categoria vazia, Keynes tinha ainda que demonstrar que esse tipo de gasto não era relacionado à renda corrente e ao emprego, porque era igual às poupanças “planejadas” [definidas como $f_z(N) - D^w_1$].²⁰ Se D^w_2 for igual às poupanças planejadas, então,

$$D^w_2 = f_z(N) - D^w_1 \quad (9)$$

e

$$D^w = D^w_1 + D^w_2 = D^w_1 + f_z(N) - D^w_1 = f_z(N) \quad (10)$$

Comparando-se as equações (10) e (2), demonstra-se que, se D^w_2 for igual às poupanças planejadas, então, a demanda e a oferta agregada são idênticas para todos os níveis de N .

Para assegurar-se que as equações (9) e (10) não são o caso geral, Keynes argumentou que o futuro econômico era incerto, no sentido de que não pode nem ser conhecido com antecedência nem ser estatisticamente prognosticado através da análise de sinais dos preços de mercado do passado e correntes. Em termos da terminologia atual, **um mundo incerto é aquele onde o axioma ergódico clássico não é aplicável**. Em um ambiente não ergódico, sinais de mercado presentes e passados não oferecem informações estatisticamente confiáveis sobre eventos futuros. Em um mundo incerto (não ergódico), os lucros futuros, a base para gastos correntes D^w_2 com investimento, não podem nem ser confiavelmente previstos a partir das informações de mercado existentes nem ser determinados endogenamente através da função de poupanças “planejadas” de hoje [$f_z(N) - D^w_1$] (KEYNES, 1936, p.210). Ao contrário, as despesas de investimentos dependem das expectativas exógenas (e, portanto, por definição, sensíveis, mas não racionais, não embasadas no axioma ergódico) dos empresários. Expectativas não ergódicas são aquilo que Keynes chamou de “*animal spirits*”. Assim,

$$D^w_2 \neq f(N) \quad (11)$$

tanto no curto como no longo prazo.

²⁰ “Assim — com exceção das hipóteses especiais da teoria clássica, de acordo com as quais, quando o emprego aumenta, sempre **faz** com que D_2 cresça suficientemente para preencher a lacuna cada vez maior entre Z e D_1 — o sistema econômico pode encontrar-se em equilíbrio estável com N a um nível abaixo do pleno emprego, isto é, ao nível dado pela intersecção da função de demanda agregada com a função de oferta agregada.” (KEYNES, 1936, p.30).

7 - Ativos não produzíveis — proteções (*hedges*) contra um futuro imprevisível

A próxima tarefa lógica para Keynes era demonstrar que “(...) as características do caso especial suposto pela teoria clássica não são aquelas da sociedade econômica em que vivemos realmente” (KEYNES, 1936, p.3). Em outras palavras, Keynes tinha que demonstrar que, mesmo se $D^W_2 = 0$, qualquer função D^W_1 descrevendo a demanda em uma economia empresarial com uso de moeda não seria coincidente com seu macro-análogo da velha função oferta. Para fazer isso, Keynes tinha que “abandonar” os axiomas clássicos da (a) **moeda neutra** (isto é, a posse de moeda *per se* não propicia nenhuma utilidade), da (b) **substituição bruta**, e da (c) **ergodicidade**. Keynes (1936, cap.17) introduziu as “propriedades essenciais” da moeda (e todos os outros ativos líquidos), que distinguem a compra (e a manutenção) de ativos líquidos da compra de produtos da indústria.

A moeda (e todos os outros ativos líquidos) possui duas propriedades essenciais (KEYNES, 1936, p.230-231). Estas são:

- a) a elasticidade de produção da moeda é zero. Em essência, todos os ativos líquidos são não produzíveis pelo uso de trabalho no setor privado. Em outras palavras, **moeda não cresce nas árvores**. A moeda (e todos os outros ativos líquidos), portanto, não pode ser produzida contratando-se trabalhadores desempregados para colher nas árvores de moeda sempre que as pessoas demandarem manter ativos líquidos adicionais como uma reserva de valor,²¹ em vez de gastarem todas suas rendas correntes nos produtos da indústria;
- b) a elasticidade de substituição entre todos os ativos líquidos (incluindo a moeda) com respeito aos bens produzíveis é zero. Isto quer dizer que não há substituição bruta significativa entre ativos líquidos não produzíveis e os produtos da indústria.

²¹ Se a moeda não cresce nas árvores (não é reproduzível), então, trabalhadores involuntariamente desempregados não podem ser contratados pelo setor privado para colher moeda, mesmo se a produtividade marginal de apanhar fruta da árvore de moeda excede a desutilidade marginal de alcançar a fruta.

Keynes (1936, p.241) insistiu que "(...) o atributo de liquidez não é, de forma alguma, independente destas duas características [elasticidades]". Os produtos da indústria não possuem essas propriedades peculiares e, portanto, são ativos não líquidos. Produzíveis, portanto, não podem nunca propiciar qualquer utilidade para fins de liquidez, não importando quanto cresçam os preços dos ativos líquidos relativamente aos dos ativos produzíveis.

Conseqüentemente, qualquer acréscimo na demanda por liquidez (isto é, por não produzíveis a serem mantidos como uma reserva de valor líquida) que induza a um acréscimo nos preços dos ativos líquidos não produzíveis não desviará a demanda por liquidez para uma demanda por bens e serviços. Enquanto os proprietários de riqueza desejarem reservar valor em ativos líquidos cujas "elasticidades de produção e de substituição podem ser muito baixas", o equilíbrio com desemprego é possível, independentemente do grau de flexibilidade de preços no sistema.

Uma vez que a teoria clássica supõe que apenas produzíveis propiciam utilidade, então, no longo prazo, somente um lunático iria engajar-se na desutilidade de trabalhar para ganhar renda meramente para manter alguma renda em ativos líquidos não produzíveis, como a moeda, não importando quão cara se torna a moeda relativamente aos bens produzíveis. Keynes (1936, cap.12; 1973c p.112-115) usou o conceito de um futuro incerto não probabilístico para explicar por que, mesmo no longo prazo, as pessoas revelariam uma preferência em manter não produzíveis, tais como a moeda, como uma reserva de valor, não importando quão alto subisse seu preço relativo *vis-à-vis* aos produtos da indústria.

Se a não-produzibilidade é uma característica **essencial** de qualquer coisa que possua liquidez em um meio não ergódico, ao passo que os produtos da indústria nunca possuem um prêmio de liquidez que exceda seus custos de manutenção (*carrying costs*), então a manutenção de ativos líquidos pode propiciar uma garantia para um futuro imprevisível. Os ativos líquidos proporcionam utilidade contra a incerteza de um modo que os produzíveis não podem fazer.

Hahn demonstrou que, mesmo em uma economia perfeitamente competitiva, pode ocorrer equilíbrio com desemprego, quando "(...) há nesta economia outros repousos para as poupanças, além dos ativos reproduzíveis" (HAHN, 1977, p.31). Hahn (1977, p.39) mostrou que a existência de "(...) qualquer ativo não reproduzível permite a escolha entre demandas que induzem ao emprego ou ao não-emprego".

Ao alijar-se dos axiomas clássicos, Keynes podia demonstrar que, como um caso mais geral aplicável aos fatos da experiência, a moeda nunca é neutra e que um equilíbrio estável com desemprego poderia existir. Os postulados clássicos necessários que devem ser adicionados para mudar essa **Teoria Geral** de um ponto único da demanda efetiva para um caso onde a “concorrência entre empresários conduziria sempre a uma expansão” em direção ao pleno emprego (KEYNES, 1936, p.26) são:

- a) **o axioma da ergodicidade**, que afirma que o futuro é calculável com dados de mercado do passado e do presente. (Na velha teoria clássica a ergodicidade era habitualmente subsumida, quando ela defendia que os agentes possuíam presciência do futuro. Na teoria novo-clássica, é presumido que os agentes têm expectativas racionais sobre um futuro previsível e estatisticamente confiável)²²;
- b) **o axioma da substituição bruta**; ²³ e
- c) **o axioma da moeda neutra**, pelo menos no longo prazo.

A teoria axiomática do valor subjacente a um sistema de equilíbrio geral clássico não tinha sido desenvolvida ainda explicitamente em 1936. Keynes, portanto, não podia rotular precisamente os equivalentes, na teoria clássica, ao “axioma das paralelas” que deveriam ser abandonados para produzir sua teoria geral. Todavia, em 1933, Keynes (1973, p.408-409) reconheceu que, em qualquer “teoria monetária da produção”, o axioma da neutralidade da moeda não era aplicável, seja no curto, seja no longo prazo.

²² A teoria clássica lida com um sistema no qual “(...) fatos relevantes eram mais ou menos conhecidos com certeza (...) fatos e expectativas eram considerados como dados em uma forma definida e calculável; e os riscos, aos quais não era dada muita atenção, apesar de admitidos, eram admitidos como passíveis de uma computação atuarial exata. O cálculo de probabilidades, ainda que menção a ele fosse mantida num segundo plano, era considerado capaz de reduzir a incerteza ao mesmo *status* calculável da própria certeza (...) [ao passo que] o fato de que nosso conhecimento do futuro é oscilante, vago e incerto faz da riqueza um assunto peculiarmente inadequado para os métodos da teoria econômica clássica (...) Por ‘incerteza’, deixem-me explicar que não quero meramente distinguir o que é conhecido com certeza do que é provável (...) Sobre estas questões não há base científica para conceber nenhuma probabilidade calculável, qualquer que seja ela. **Nós simplesmente não sabemos** (grifo nosso)” (KEYNES, 1973b, p.112-114).

²³ Na ausência de substituição bruta ubíqua, todas as provas de existência estão ameaçadas (ARROW, HAHN, 1971, p.15, 127, 215, 305).

Blanchard ainda proclama, hoje, que **todos** os modelos macroeconômicos do *mainstream*, "(...) impõem a neutralidade da moeda no longo prazo como uma hipótese mantida. Isto é muito mais uma questão de fé, baseada em considerações teóricas [isto é, baseada em axiomas], em vez de em ciência empírica". Se Blanchard está correto, então, todos os macroeconomistas do *mainstream*, incluindo Tobin, ainda não conseguiram compreender os fundamentos lógicos da análise revolucionária de Keynes.

Os microfundamentos axiomáticos "cabeçudos" da teoria macroeconômica ortodoxa exigem os axiomas clássicos descartados por Keynes. Esses axiomas asseguram que a moeda é um véu, assim como que toda a renda ganha por agentes maximizadores de utilidade será, no longo prazo, sempre gasta nos produtos da indústria.²⁴ No caso mais simples, com apenas um período, todas as despesas são iguais à renda, visto que todos os maximizadores de utilidade são restritos pela renda (a restrição da linha orçamentária) em suas escolhas entre o bem **A** e todos os outros bens produzíveis nesse período. Gastar menos que sua renda nos produtos da indústria é revelar uma preferência abaixo da linha orçamentária e, desse modo, envolver-se em um comportamento não maximizador de utilidade.²⁵ A agregação de todos esses microcomportamentos com despesas deveria ser classificado como D^w_1 na taxonomia de Keynes. A propensão marginal a gastar da renda corrente é unitária, e qualquer oferta adicional (o microequivalente é uma mudança para cima nas linhas orçamentárias) cria sua própria demanda adicional.

Em um cenário intertemporal de multiperíodos com substituição bruta ao longo do tempo, os agentes planejam gastar suas rendas vitalícias nos pro-

²⁴ Os microfundamentos clássicos supõem que o ganho da renda sempre envolve desutilidade, ao passo que os produtos da indústria são as **únicas** coisas escassas que geram utilidade. Segue-se, portanto, que, se resultados futuros são conhecíveis (isto é, ergódicos), então, os maximizadores de utilidade vão suportar o aborrecimento de se ocuparem em atividades produtoras de renda apenas até o ponto onde a desutilidade marginal de ganhar renda iguala a utilidade marginal esperada dos produtos da indústria que o agentes "sabem" que querem comprar. Todos os agentes maximizadores de utilidade estão na sua linha de restrição orçamentária, alocando **todas** suas rendas na compra de bens e serviços produzíveis. Uma demanda para manter uma moeda não produzível ou outros ativos, exclusivamente para fins de liquidez, é irracional, dadas as hipóteses especiais do caso clássico. A moeda é, portanto, meramente um véu neutro!

²⁵ Manter poupanças na forma de moeda ou outros não produzíveis líquidos proporciona utilidade zero.

dutos da indústria ao longo de seu ciclo de vida. A propensão marginal a gastar de longo prazo é unitária. Conseqüentemente, no longo prazo, $fd(N) = fz(N)$ para todos os valores de N , e o Gráfico 1 é o relevante.²⁶

Se as propriedades essenciais da moeda descritas por Keynes são relevantes, então os axiomas restritivos da substituição bruta, ergodicidade e moeda neutra, devem ser abandonados. Conseqüentemente, alguma porção da renda de um agente maximizador de utilidade pode ser desviada da compra de bens produzíveis — mesmo no longo prazo. A propensão marginal a gastar de longo prazo nos produtos da indústria pode ser menor que a unidade.²⁷

Em resumo, o princípio da demanda efetiva de Keynes é uma teoria geral do emprego aplicável tanto para um ambiente clássico (mundo perfeitamente certo ou atuarialmente certo, com expectativas racionais) quanto para um ambiente não ergódico, incerto. No caso clássico, a moeda é neutra — um numerário —, e “não há nenhum ativo cujo prêmio de liquidez sempre exceda os custos de manutenção (*carrying costs*) (...) a melhor definição que posso dar de uma assim chamada economia ‘não monetária’” (KEYNES, 1936, p.239). A existência de uma moeda que é neutra requer a hipótese de um sistema ergódico, onde se sabe que tudo é um bom substituto para tudo mais. Não há obstáculos para as forças endógenas de mercado restabelecerem o pleno emprego toda a vez que o sistema é submetido a um choque exógeno na demanda agregada.²⁸

Uma vez que o axioma ergódico é descartado, o futuro é, então, incerto; os agentes não podem prever o futuro com segurança através da análise de dados do passado. Se os agentes adotam um sistema empresarial com moeda para solucionar seus problemas econômicos, então, Keynes argumenta,

²⁶ Somente a introdução de gerações sobrepostas (*overlapping generations*) e de uma população crescente de agentes mais jovens relativamente aos que se aposentam pode assegurar que, no curto prazo, a proporção marginal a consumir agregada de cada período seja menor que a unidade. Em equilíbrio, com uma população estável (isto é, no longo prazo), mesmo o modelo de gerações sobrepostas mostrará uma propensão marginal a gastar de curto prazo menor que a unidade.

²⁷ Conforme Keynes (1936, p.235): “O desemprego aumenta, quer dizer, porque as pessoas desejam a Lua; — os homens não podem conseguir emprego quando o objeto de desejo (isto é, a moeda) é algo que não pode ser produzido e cuja demanda não pode ser prontamente contida”.

²⁸ Alternativamente, se um sistema econômico nunca usa moeda em sua atividade de produção e troca, mas, em vez disso, organiza suas atividades econômicas ou em uma base cooperativa, ou por lei de uma autoridade central, então, nunca precisa existir nenhum desemprego involuntário (Cf. KEYNES, 1973 c, p.408-410).

todos os ativos líquidos (incluindo a moeda) possuem certas propriedades essenciais, de modo que seus prêmios de liquidez sempre excederão seus custos de manutenção. Os agentes podem obter utilidade (por não terem medo de uma possível e imprevisível insolvência futura ou até mesmo falência) somente se mantiverem uma porção de suas rendas na forma de ativos líquidos não produzíveis. Se a substitutibilidade bruta entre todos os ativos líquidos e os bens produzíveis for aproximadamente zero (KEYNES, 1936, cap. 17), então, quando os agentes desejarem poupar (na forma de ativos líquidos não produzíveis) parte de sua renda, a moeda não será neutra, mesmo com preços perfeitamente flexíveis. Assim, o caso geral, subjacente ao princípio da demanda efetiva é:

$$D^w_1 = f_1(N) \neq f_z(N) \quad (12)$$

para todos os valores de N. A propensão a poupar, ou poupanças planejadas, $[f_z(N) - D^w_1]$ é igual ao montante da renda corrente que os agentes maximizadores de utilidade planejam para aumentar suas posses de ativos líquidos não produzíveis. A decisão de poupar hoje implica "(...) uma decisão de não jantar hoje. Mas **não** implica necessariamente uma decisão de jantar ou comprar um par de botas daqui a uma semana ou daqui a um ano ou consumir qualquer coisa específica [produzível] em qualquer data especificada" (KEYNES, 1936, p.210).

Ao proclamar essa "lei psicológica fundamental" associada com "os fatos detalhados da experiência", onde a propensão marginal a consumir **da renda corrente** é sempre menor que a unidade, Keynes (1936, p.96) astuciosamente construiu a possibilidade de a equação (8) ser sempre aplicável ao mundo real — mesmo em um ambiente de pleno emprego restringido pela oferta. Se a propensão marginal a consumir for sempre menor que a unidade, $f_1(N)$ nunca irá, então, coincidir com $f_z(N)$, mesmo se $Dw_2 = 0$, e o caso especial clássico não será aplicável à "sociedade econômica em que vivemos realmente" (KEYNES, 1936, p.3).

8 - Como responder à "questão precisa" de Keynes

A resposta à "questão precisa" de Keynes sobre se a flexibilidade completa de preços assegura que todos os mercados se desobstruem (*clear*) simul-

taneamente pode ser entendida com o auxílio do Gráfico 2. Suponha-se uma redução exógena na função demanda agregada de D^{w1} a D^{w2} . Se nada mais ocorresse, o emprego cairia de N_a para N_b , enquanto o ponto de demanda efetiva se reduziria do ponto **A** ao ponto **B**. Mesmo se os salários monetários e os preços dos produtos caírem instantaneamente *pari passu*, a função oferta agregada, Z^w no Gráfico 2, porém, não se alterará, uma vez que é deflacionada pelo salário monetário. Ao fixar a posição da função de oferta agregada, Keynes pode insistir que, se qualquer um (incluindo Tobin) sustentar que a flexibilidade instantânea de preços mantém um equilíbrio com pleno emprego, então, esse alguém deve demonstrar que efeitos qualquer grau de flexibilidade tem nos vários componentes da função de demanda agregada. A queda *pari passu* em todos os preços e salários aumentará a propensão a consumir e/ou a indução a investir (**medidas ambas em unidades de salário**), ou reduzirá a taxa de juros suficientemente, de modo que a função demanda agregada é suficientemente “maior medida em unidades de salário” (KEYNES, 1936, p.260) para mover completamente o ponto de demanda efetiva de volta de **B** para **A** no Gráfico 2? Até que Tobin responda explicitamente a essa interrogação com uma explicação usando o Gráfico 2, a alegação de que sua análise é uma representação verdadeira do princípio da demanda efetiva de Keynes não está provada.

9 - Conclusão

O princípio da demanda efetiva de Keynes demonstra que, em um mundo não ergódico, é a existência de ativos não produzíveis, que são mantidos para fins de liquidez e que, para os quais, os produtos da indústria não são substitutos brutos, que é a causa fundamental do desemprego involuntário. A falta de flexibilidade perfeita não é uma condição necessária nem suficiente para demonstrar a existência de equilíbrio com desemprego.

A implicação para a política econômica que se desdobra da teoria geral de Keynes é diferente daquela derivada do keynesianismo do *mainstream*. Uma implicação muito importante, tanto do velho como do novo-keynesianismo, é que políticas de pleno emprego para o longo período deveriam ser dirigidas para criar uma flexibilidade de preços mais competitiva via (a) desregulação; (b) promoção

da disseminação de informação de mercado e a remoção de falhas de coordenação empresarial;²⁹ e (c), em uma economia aberta, incentivo da concorrência global com taxas de câmbio *spot* perfeitamente flexíveis (para que, em um contexto global, os preços dos produtos e os salários monetários relativos entre as nações possam mudar instantaneamente).

Uma política fiscal com déficit no orçamento do governo pode ser justificada no curto prazo por keynesianos do *mainstream*, mas não pode ser recomendada como uma solução permanente de longo prazo ao problema do desemprego. Em outras palavras, perspectivas do velho e do novo-keynesianismo podem justificar gastos deficitários do governo em infra-estrutura (isto é, D^w_2) como, na melhor das hipóteses, um paliativo de curto prazo para resolver um problema temporário. Um orçamento federal equilibrado ao longo do ciclo continua sendo o objetivo fiscal de longo prazo de velhos e novos-keynesianos. Essa meta fiscal, em combinação com uma economia competitiva de mercado, global e sem grilhões, com taxas de câmbio livremente flexíveis, será não somente mais “eficiente” para determinar o volume de despesa D^w_2 , mas conduzirá ao melhor dos mundos econômicos possíveis.

A consistência lógica com sua estrutura axiomática de microfundamentos exige que velhos e novos-keynesianos permitam ao governo somente remendos (“apagar o fogo”) de curto prazo na economia global. No longo prazo, não há nenhum papel econômico para o governo.

Keynes argumentou, porém, que havia uma necessidade de um papel **permanente** para o governo na socialização das despesas de investimento D^w_2 como “(...) o único meio de conseguir uma aproximação ao pleno emprego”

²⁹ Na primavera de 1982, o Presidente Reagan sugeriu que o desemprego poderia ser eliminado, se cada firma na Nação contratasse um trabalhador a mais. Uma vez que há mais firmas que trabalhadores, a solução é, obviamente, estatisticamente exata — mas, a menos que o emprego de cada um desses trabalhadores adicionais criasse uma demanda pela produção adicional a um preço lucrativo (oferta adicional criando, *pari passu*, demanda adicional), não será lucrativo aos empresários contratarem trabalhadores adicionais.

Novos keynesianos que acreditam que o desemprego é devido a uma falha de coordenação, deveriam aplaudir o chamado estridente de Reagan para as firmas coordenarem uma ampliação nas contratações. Se cada firma, de fato, contrata um trabalhador adicional, de modo que o pleno emprego é (pelo menos temporariamente) alcançado, então, os fluxos de renda concretamente recebidos seriam iguais à renda nacional, e, portanto, a demanda agregada não seria restringida abaixo do pleno emprego. Não há falha de coordenação — e nenhuma regra estreita limita as oportunidades de emprego.

(KEYNES, 1936, p.378). Keynes argumentou a favor de uma separação das despesas governamentais em um orçamento de despesas correntes e em um orçamento de capital. Keynes argumentou, também, que o governo não deveria financiar via déficit as despesas correntes, mas que poderia ser exigido que financiasse permanentemente via déficit as despesas do orçamento de capital e que o empréstimo para o orçamento de capital financiar os investimentos públicos fosse feito pelo Governo Federal em vez do Governo Estadual ou Municipal (KEYNES, 1980, p.277-280, 321-322, 352; ver também BROWN-COLLIER, COLLIER, 1995). Keynes recomendou, ainda, um sistema de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis, com políticas governamentais permanentes de controle sobre o movimento de capitais embutidas em um sistema de pagamentos internacional que pressionasse as nações que tivessem superávits persistentes em suas contas correntes a suportarem o ônus principal de realizarem os ajustamentos comerciais (KEYNES, 1980, esp. p.27, 168-176; DAVIDSON, 1994 p.231-239, 262-272).

Até que nossa teoria geral do que é a causa fundamental do desemprego no mundo empresarial monetário em que vivemos esteja correta, é improvável que nossas políticas estejam certas. A insistência de velhos e novos-keynesianos de que o desemprego está inteiramente contido no fato de a velocidade de ajustamento das quantidades ser maior que a do ajustamento de preços emascula a mensagem essencial de Keynes: são os problemas de liquidez e não a inflexibilidade de preços que constituem a causa básica de um estado persistente de desemprego que pode destruir o sistema capitalista.

Para fins de política econômica, bem como para uma história correta do pensamento econômico, este texto tentou colocar as evidências em ordem no que se refere ao princípio da demanda efetiva de Keynes.

Bibliografia

- ARROW, K. S., HAHN, F. R. (1971). **General competitive analysis**. São Francisco: Holden-Day.
- BROWN,-COLLIER, E. K. , COLLIER, B. E. (1995). What Keynes really said about deficit spending. **Journal of Post Keynesian Economics**, n.17.
- DAVIDSON, P. (1967). A keynesian view of Patinkin's theory of employment. **Economic Journal**, v.77.

- DAVIDSON, P. (1987). The aggregate supply function. **The New Palgrave**, London: Macmillan.
- DAVIDSON, P. (1994). **Post keynesian macroeconomic theory**. Aldershot, UK: Edward Elgar.
- GALBRAITH, James K. (1994). Keynes, Einstein, and scientific revolution. **The American Prospect**, winter.
- GORDON, R. (1990). What is new-keynesian economics? **Journal of Economic Literature**, v.28, p.1115-1171, sept.
- HAHN, F. H. (1977). Keynesian economics and general equilibrium theory. In: HARCOURT, G. C., ed. **Microfoundations of macroeconomics**. London: Macmillan.
- HARROD, R. F. (1951). **The life of John Maynard Keynes**. London: Macmillan.
- KEYNES, J. M. (1972). **How do pay for the war**.
- KEYNES, J. M. (1973). **The collected writings of John Maynard Keynes**. London: Macmillan. v.7. (Ed. by D. Moggridge).
- KEYNES, J. M. (1980). **The collected writings of John Maynard Keynes**. London: Macmillan. v.27. (Ed. by D. Moggridge).
- KEYNES, J. M. (1936). **The general theory of employment, interest, and money**. New York: HBS Books.
- KEYNES, J. M. (1973a). **The collected writings of John Maynard Keynes**. London: Macmillan. v.13 (Ed. by D. Moggridge)
- KEYNES, J. M. (1973b). **The collected writings of John Maynard Keynes**. London: Macmillan. v.14. (Ed. by D. Moggridge)
- LEIJONHUFVUD, A. (1968). **On keynesian economics and the economics of Keynes**. New York: Oxford University.
- LEIJONHUFVUD, A. (1974). Keynes's employment function. **History of Political Economy**, v.6.
- LUCAS JÚNIOR, R., SARGENT, T., eds. (1981) **Rational expectations and econometric practice**. Minneapolis: University of Minnesota.
- MANKIW, G. (1990). A quick refresher course in macroeconomics. **Journal of Economic Literature**, v.28.
- MANKIW, G. (1992). The reincarnation of keynesian economics. **European Economic Review**, v.36.

- PATINKIN, D. (1965). **Money, interest, and prices**. New York: Harper & Row.
- SAMUELSON, P. A. (1969). Classical and neoclassical theory. CLOWER, W., ed. **Monetary theory**. London: Penguim.
- SCHEFOLD, B. (1980). The general theory for a totalitarian state? a note on Keynes's preface to the german edition of 1936. **Cambridge Journal of Economics**, v.4, p.175-176.
- TOBIN, J. (1974). Friedman's theoretical framework. In: GORDON, R. J. **Milton Friedman's monetary framework**. Chicago: University of Chicago.
- TOBIN, J. (1992). An old keynesian counterattacks. **Eastern Economic Journal**, n.18.
- TOBIN, J. (1993). Price flexibility and output stability: an old keynesian view. **Journal of Economic Perspectives**, v.7.

Abstract

Keynes placed the onus on the classical economists to justify their assumptions that an economic system required the axioms of gross substitution, neutral money, and an ergodic economic processes so that the future was not uncertain. For Keynes the principle of effective demand is a general theory applicable to *all* economic regimes, while the classical case was not applicable to any real world economy. This paper will demonstrate that Tobin's interpretation of Keynes is in expository and logical conflict with Keynes's own writings on what is "essential" to and the "substance" of *The General Theory of Employment*. In the hope that the Old and New Keynesians's incorrect representations of Keynes's *General Theory* will not continue to be perpetuated in the literature, this paper will set the record straight by demonstrating: (a) Keynes recognized that his *general* theory required the jettison of some restrictive axioms of classical theory, while retaining the possibility of instantaneously flexible prices and (b) Keynes's principle of effective demand produces different *long-run, permanent* policy implications for the role of government compared to the policy implications of Old Keynesian, New Keynesian, Old Classical or New Classical models.